

# APUFSC

— SINDICAL —

PROFESSORES PELA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Boletim do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina | Florianópolis, outubro de 2021 | nº 833

## Boletim Especial 3 - Filiação Nacional

# Reforma Administrativa, financiamento da Universidade e formas de luta

### Entidades nacionais destacam transformações e desafios enfrentados pelas universidades

**E**ntre os maiores desafios que estão sendo enfrentados pelas universidades no momento estão a falta de verba nas instituições e a proposta da reforma administrativa. Enquanto o corte de recursos atinge diretamente o funcionamento das instituições e enfraquece toda a ciência brasileira, a PEC 32 que está em tramitação ameaça desmontar os serviços públicos do país. As formas de luta necessárias para enfrentar esses desafios na atual conjuntura são fundamentais nos debates sindicais. Por isso, esses são os temas da terceira edição do boletim especial lançado pela Apufsc. Nesta edição, representantes de Proifes e Andes assinam artigos destacando a importância da mobilização sindical para garantir a autonomia e a própria manutenção das universidades públicas brasileiras.

Esta conversa com as entidades nacionais faz parte da iniciativa da Apufsc em propor os debates sobre a filiação nacional do sindicato. Desde setembro, em uma nova rodada de discussões, a Apufsc vem promovendo novos conteúdos em seus canais de comunicação, incluindo transmissões on-line e boletins e vídeos assinados pelas duas entidades nacionais. Mais do que fomentar a decisão sobre a filiação, esses conteúdos vêm reiterando como é fundamental pensar sobre os sindicatos e pensar sobre a universidade, especialmente neste momento.

Acompanhe as edições anteriores do boletim especial e os demais conteúdos no site da Apufsc, [www.apufsc.org.br](http://www.apufsc.org.br).

**Confira os temas das próximas edições:**

**Boletim Especial 4:** Pautas atuais do sindicato e formas de luta.

**Boletim Especial 5:** Questões Jurídicas da Filiação Nacional.



O PROIFES-Federação é uma entidade horizontal, cujas direções são indicadas diretamente pelos sindicatos e desta forma mais representativa das realidades dos professores e não as de grupos particulares. No PROIFES não há a liberação sindical e todos os dirigentes são ao mesmo tempo docentes em sala de aula, extensionistas e pesquisadores ativos, como seus representados e desta forma muito mais aptos a compreender a Universidade de hoje, seus anseios e suas necessidades.

O PROIFES em seus 17 anos viveu, compreendeu, contribuiu quando possível e resistiu quando necessário às profundas transformações do sistema de educação federal. Em 2007 se posicionou criticamente, mas a favor do REUNI, mostrando que este programa era um acerto que em SC levou à expansão da UFSC para Curitiba e Joinville, por exemplo, dando acesso ao ensino superior federal à população do interior, cujos jovens tinham que ir para Florianópolis, Santa Maria ou Curitiba para estudar em Universidade Federal. O PROIFES mostrou que o REUNI tinha que ser uma lei, para ser perene, e que seus indicadores não eram justos, nas o defendeu. A ANDES nunca quis a expansão do sistema e invadiu de forma vergonhosa muitos Conselhos Universitários, tentando à força evitar a adesão. Em SC uma nova Universidade, a UFFS foi criada.

Na criação dos IFs, o PROIFES entendeu a capacidade desta nova rede de levar o ensino de qualidade a todo o país, como ocorre em SC, com o IFSC e o IFC, levando educação de qualidade a 38 municípios de SC. Ao mesmo tempo o PROIFES negociou a carreira do EBTT, que equiparou estes professores aos do MS. Naquela época se implantou o Banco de Professor Equivalente, importante instrumento de autonomia universitária e a política de ações afirmativas, que trouxe para as Universidades os alunos das escolas públicas, o que em um estado de ensino de qualidade como SC, é muito importante. A Andes foi contra, como sempre, pois afirmava “todos serão iguais, quando o socialismo chegar”.

Outra diferença entre as entidades é a Regulamentação do Art. 207 da CF88, que a Andes é contra. O PROIFES entende que a falta de autonomia é dos maiores entraves à vida acadêmica e desde 2010 tem um projeto de Lei Orgânica, que prevê, entre outras medidas, a eleição interna dos dirigentes, procuradoria autônoma, orçamentos estáveis e não contingenciáveis, não limitados pela EC95. Este projeto tem sido levado ao parlamento e mesmo no GT que Rodrigo Maia criou, posto que a entidade não se furta a participar de todos os espaços institucionais democráticos.

O PROIFES teve a coragem de assinar os acordos de 2007, 2008, 2011, 2012 e 2015, que mudaram para melhor a realidade das carreiras docentes. A Andes recusou a assinar.

É preciso compreender o processo histórico que vivemos. Começa na EC95, que ao impor o teto de gastos

com a educação impulsionou a passagem da educação pública para o sistema privado. E esta emenda é a principal causa dos cortes do financiamento das universidades hoje e é uma das etapas que leva à PEC32, da Reforma Administrativa. Sendo claro, não há como reverter os cortes na universidade e na C&T sem a sua revogação. O PROIFES mostrou em 2016 que em 10 anos o investimento em educação iria cair dos 6,4% para 4,5% do PIB e só não é pior hoje pela queda do PIB com a pandemia.

A PEC32 tem que ser compreendida dentro de um processo já presente na EC19 de 1998 que visava implantar um sistema gerencial no serviço público, mas que ao mesmo tempo era privatizante e já trazia os princípios da avaliação de desempenho com fins de exoneração, a ideia da subsidiariedade do serviço público, e a possibilidade das OS administrarem a educação pública. O atual cenário é uma retomada e um aprofundamento deste processo, que passou pelas reformas da previdência que ocorreram com FHC, Lula, Dilma, fracassou com Temer e se consolidou na EC103. Em 2003, depois de quase nada dizer na reforma de FHC mais voltada aos aposentados do INSS, a Andes foi frontalmente contra a reforma de Lula, com o slogan “Somos contra todas as Reformas”.

O PROIFES foi criado em 2004 também por conta deste tipo de posição retrógrada, que além de ser inócua é irresponsável. O PROIFES já em seu nascedouro, compreendeu a conjuntura e entendeu que a correlação de forças era adversa na sociedade e que buscar alternativas negociadas era a melhor alternativa. Participou das negociações no parlamento em 2007 que levaram à aprovação da Funpresp com características muito melhores do que as propostas, com paridade de gestão, com contrapartida do governo e, além de se constituir como uma fundação pública, mesmo que de direito privado. O PROIFES nunca foi a favor do fim da aposentadoria integral, mas entendeu que não podia deixar parte substancial dos professores sem defesa e sem que sua entidade sindical fiscalize os órgãos dos quais dependerá sua aposentadoria. Hoje mais de 50 mil professores são participantes da Funpresp e o PROIFES é a única entidade que dialoga com os conselheiros eleitos e que articula, com as entidades responsáveis de servidores, a eleição destes representantes, como há dias, em 2021.

Essas são as formas de luta que o PROIFES defende, que combina a luta na rua como em 2016 contra a EC95, onde perdemos, como em 2017 quando derrotamos a Reforma de Temer e quando fomos derrotados na EC103 e como estamos agora, junto com o conjunto das entidades de servidores, contra a PEC32. Mas entende o PROIFES que não basta estar na rua, é preciso ter propostas com substância para argumentar, é preciso entender que há momentos históricos em que a melhor estratégia é negociar, como tantas vezes fizemos, nos acordos salariais, na aprovação da Funpresp e na defesa da Autonomia.

Finalizando, a PEC32 é muito danosa ao serviço público, cria classes diferenciadas de servidores, retira a liberdade acadêmica dos professores, contratados temporariamente e cria a possibilidade de execução do serviço público pela iniciativa privada. Temos que, unificados, lutar com todas as forças por sua rejeição.

Texto:

**PROIFES-Federação**

# ANDES

## SINDICATO NACIONAL

O ANDES-SN há 40 anos assumiu o compromisso com a sociedade brasileira de lutar por uma educação pública, gratuita, laica, socialmente referenciada e que atenda aos interesses imediatos e históricos do nosso povo. Assumiu o compromisso de lutar por Universidades, Institutos e Cefets capazes de responder aos problemas que atingem a maioria da população, em especial nesta conjuntura de precarização da vida diante das mais de 600 mil mortes com a pandemia, com uma realidade de fome, de desemprego, de falta de moradia digna, de infraestrutura e saneamento, entre tantas outras expressões de uma sociedade intrinsecamente desigual.

Na caminhada do nosso Sindicato Nacional não foram poucos os desafios para defender esse projeto de educação. Um projeto que depende do financiamento público, da autonomia das instituições superiores de ensino, de uma comunidade acadêmica fortalecida pela construção de suas instâncias democráticas e com condições dignas de trabalho para professore(a)s e técnico(a)s e com políticas de acesso e permanência que garanta que o(a)s estudantes possam entrar, permanecer na universidade e a partir dela ter uma educação que lhes permita intervir na realidade.

No entanto, esse projeto de educação está ameaçado frente às políticas neoliberais que disputam o fundo público no sentido de atender o mercado, transformando os direitos sociais – especialmente a educação, a saúde e a assistência social – em mercadoria, seja por meio das contrarreformas, como nos casos da contrarreforma da previdência de 2016, da contrarreforma trabalhista de 2018, e agora da proposta de contrarreforma administrativa (PEC 32), bem como por meio da Emenda Constitucional 95 que congelou por 20 anos os gastos públicos.

Na atual conjuntura temos enfrentado os duros cortes na educação e na Ciência e Tecnologia, e temos vivido uma realidade de ataque brutal à autonomia universitária. São mais de 20 instituições sob intervenção do governo, com nomeação de reitores/as não eleitos/as, à revelia das comunidades acadêmicas. Não à toa que, há 40 anos, o ANDES-SN luta pelo fim da lista tríplice, um resquício da ditadura militar brasileira. Os cortes orçamentários realizados pelo atual governo, por sua vez, inviabilizam a continuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão e impossibilitam um planejamento adequado das atividades para o pós-pandemia.

Quanto à PEC 32 da contrarreforma administrativa, o que está colocado é um aprofundamento da precarização do serviço público com o fim de concursos, com ameaças da estabilidade, com a mudança substancial do Estado. O texto da PEC 32 flexibiliza a possibilidade do(a) servidor(a) estável com cargo efetivo perder o cargo em decorrência de resultado insatisfatório em

avaliação de desempenho e em virtude de desnecessidade ou obsolescência do cargo público. Isso nos coloca diante de uma realidade de aprofundamento de condições assediosas do trabalho. A PEC 32 ataca a garantia da irredutibilidade salarial e coloca a estabilidade financeira dos/as servidores/as em risco e à serviço da gestão da ocasião, o que vulnerabiliza o interesse público e a continuidade do serviço. Tudo isso significa dizer que a prestação do serviço para a população brasileira tende a se tornar ainda mais precária.

Diante de todos esses ataques à educação pública, aos serviços públicos, ao conjunto do(a)s servidore(a)s e aos/as trabalhadore(a)s brasileiro(a)s, o ANDES-SN tem sido incansável em suas lutas. Tais lutas se expressam em mobilização nas ruas e nas redes, num intenso processo de construção de unidade de ação com as entidades que compõe o Fórum dos Servidores Públicos (FONASEFE), a Campanha Nacional Fora a Bolsonaro e o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas.

Realizamos a luta política dialogando com nossa categoria por meio das 127 seções sindicais que compõem o ANDES-SN, construindo encontros e, quando decidido pelas assembleias, paralisações nacionais e greves; além disso, realizamos enfrentamento jurídicos por meio da assessoria jurídica nacional e pressão aos parlamentares com a assessoria parlamentar. Através das regionais também nos mobilizamos sempre que urge a necessidade de defendermos a Universidade, os Institutos e Cefets públicos.

Há mais de dois meses permanecemos em Brasília e nos estados pressionando parlamentares nos aeroportos, no Anexo II na Câmara e também em seus gabinetes para derrubar a PEC32, mobilização que tem surtido efeito, gerando dificuldades para que o governo aprove a contrarreforma administrativa. Temos dito que não é momento de arrefecer a luta e que permaneceremos nas ruas até derrubar esta PEC e este governo genocida.

O ANDES-SN lançou há um mês uma Campanha Nacional em defesa do orçamento público para a Educação Pública e contra os cortes orçamentários. Com o lema “Defender a Educação Pública é nossa escolha para o Brasil”, a campanha tem produzido vídeos informativos e materiais para as redes e para intervenções de denúncia no espaço público com projeções, shows, engajamento de artistas nacionais, no sentido de ampliar o diálogo com a população sobre as consequências de vivermos em um país sem educação pública, gratuita, laica e que responda aos interesses do povo trabalhador.

Nossas lutas se fortalecem com a mobilização da categoria em suas assembleias nas Universidades, Institutos e Cefets, com nossos encontros do Sindicato (reunião dos setores, Grupos de Trabalho, CONAD e Congresso); também se fortalecem na construção de unidade com outros sindicatos da educação, dos serviços públicos, com os movimentos sociais e com os movimentos estudantis. Nossas lutas se fortalecem quando conseguimos unificar nossa categoria em torno de um grande instrumento que é o ANDES-SN, um patrimônio de defesa da educação no Brasil.

Texto:

Diretoria Nacional do ANDES-SN – Gestão 2020/2022

# Apufsc lança série de vídeos sobre a filiação nacional

A produção tem participação das entidades nacionais Andes e Proifesc

No último mês, a Apufsc retomou as discussões sobre filiação nacional do sindicato e tem promovido debates virtuais e boletins especiais. Para complementar o material que dá subsídio para a decisão que os professores deverão tomar em breve, a Apufsc lança também uma série de seis vídeos com participação das entidades nacionais Andes e Proifesc.

O primeiro vídeo já está disponível no canal da Apufsc no YouTube e na página especial da Filiação Nacional no site. O tema do vídeo é o mesmo do **Boletim Especial 2**: “No que implica

a filiação ao Andes ou ao Proifesc?”. O objetivo é abordar, entre outros assuntos, a organização sindical do movimento docente. A cada entidade foi dado o tempo máximo de 2 minutos de fala.

Confira os temas dos próximos vídeos:

- > **Vídeo 2:** Reforma Administrativa, financiamento da Universidade e formas de luta.
- > **Vídeo 3:** Reforma Administrativa.
- > **Vídeo 4:** Financiamento da Universidade.
- > **Vídeo 5:** Pautas atuais do sindicato e formas de luta.
- > **Vídeo 6:** Questões jurídicas da filiação.

Assista ao vídeo da série em [bit.ly/3nGt8wW](https://bit.ly/3nGt8wW) ou scaneie o QR Code abaixo:



A presidente do Andes, Rivânia Moura, e o presidente do Proifesc, Nilton Brandão, esclarecem, em vídeo, no que implica a filiação às entidades.

Filiação nacional em debate:  
Implicações dos modelos sindicais  
com a organização da Apufsc

**4 de novembro, às 18h**

Com representantes das entidades  
Transmissão ao vivo no Canal do Youtube da Apufsc



## Informativo Apufsc

Receba notícias do sindicato  
no WhatsApp

- Adicione nos contatos o número (48) 99692-3113
- Envie uma mensagem solicitando sua inclusão

## APUFSC

SINDICAL

Publicação especial do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina

ENTRE EM CONTATO

Endereço:

Sede da Apufsc, Campus Universitário,  
CEP 88040-900, Florianópolis - SC  
(48) 3234-5216 | 3234-3187  
[www.apufsc.org.br](http://www.apufsc.org.br)  
[imprensa@apufsc.org.br](mailto:imprensa@apufsc.org.br)

DIRETORIA GESTÃO 2020/2022

Presidente  
Carlos Alberto Marques

Secretário-geral  
Douglas Francisco Kovaleski

Primeiro-secretário  
Valdir Alvim da Silva

Diretora Financeira  
Gabriela Kaiana Ferreira

Diretora Financeira Adjunta  
Tatiane de A. Maranhão

Vice-presidente  
Camilo Buss Araújo

Diretor de Divulgação e  
Imprensa  
Rômeu Augusto Bezerra

Diretor de Promoções Sociais,  
Culturais e Científicas  
Roberto Ferreira de Melo

Diretor de Assuntos de  
Aposentadoria  
José Francisco Danilo de  
Guadalupe Correa Fletes

GRUPO ESPECIAL PARA  
ATIVIDADES SINDICAIS  
NOS CAMPUS

Campus Araranguá  
Bernardo Walmott Borges

Campus Blumenau  
Graziela Richetti

Campus Curitiba  
Giuliano Moraes Figueiró

Campus Joinville  
Rafael Gallina Delatorre

PRODUÇÃO

Jornalistas Responsáveis  
Naiana Oscar  
Gabrielle Bittelbrun  
Lais Godinho

Estagiária  
Karoline Bernardi

Distribuição online pelos  
canais de comunicação  
da Apufsc-Sindical